Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A 19
BRADESPAR SA 8
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES 13
NCF PARTICIPACOES S.A. 2
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. 16
TITANIUM HOLDINGS S.A. 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 58 **Página 16**
São Paulo, sexta-feira, 26 de março de 2021

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 1.999.925 mil, Patrimônio Líquido de R$ 24.600.237 mil, Ativos Totais de R$ 27.259.645 mil e deliberou aos acionistas o montante de R$ 690.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2020	2019
CIRCULANTE	**1.057.070**	**569.417**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	30.055	2.574
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8)	540.948	558.399
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 19a)	485.889	8.267
Valores a Receber (Nota 10)	178	177
NÃO CIRCULANTE	**26.202.575**	**24.497.473**
Realizável a Longo Prazo	**3.808.899**	**3.561.267**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	512.375	499.374
Valores a Receber (Nota 10)	1.618.880	1.402.331
Depósitos Judiciais (Nota 13b)	778.434	669.419
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20f)	608.223	724.510
Créditos Tributários (Nota 20c)	290.987	265.633
INVESTIMENTOS	**22.393.676**	**20.936.206**
TOTAL	**27.259.645**	**25.066.890**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019
CIRCULANTE	**664.586**	**3.757**
Impostos e Contribuições a Recolher	-	3.368
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 14e)	664.336	-
Outras Obrigações (Nota 12)	250	389
NÃO CIRCULANTE	**1.994.822**	**1.879.615**
Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 20e)	53.150	46.964
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13b)	831.549	752.425
Outras Obrigações (Nota 12)	1.110.123	1.080.226
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**24.600.237**	**23.183.518**
Capital Social (Nota 14a)	11.956.580	11.956.580
Reservas de Lucros (Nota 14d)	11.310.542	10.000.617
Outros Resultados Abrangentes	1.333.115	1.226.321
TOTAL	**27.259.645**	**25.066.890**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	**1.989.035**	**2.612.978**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11)	1.993.004	2.644.135
Resultado Financeiro (Nota 18)	56.955	71.898
Receitas Diversas (Nota 17)	4.566	-
Despesas Tributárias (Nota 15)	(65.301)	(99.077)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16)	(189)	(3.978)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.989.035**	**2.612.978**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	**10.890**	**10.063**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.999.925**	**2.623.041**
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R$ por ação) (Nota 14b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b)	2,75	3,75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.989.035**	**2.612.978**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.993.004)	(2.644.135)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(56.809)	(43.639)
Provisão para Obrigações Legais	65.284	98.857
Lucro Líquido Ajustado	**4.506**	**24.061**
(Aumento)/Redução Ativos a Valor Justo por Meio de Resultado	31.920	(543.585)
(Aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	(500.482)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	101.606	(78.201)
(Redução) em Obrigações	(142)	(718)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.236)	(33.396)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	**116.654**	**(1.132.321)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aumento de Capital	-	(3.090)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	86.827	3.061.576
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	**86.827**	**3.058.486**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Contrato de Mútuo	(176.000)	(349)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	-	(1.932.784)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**(176.000)**	**(1.933.133)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**27.481**	**(6.968)**
Início do Exercício	2.574	9.542
Fim do Exercício	30.055	2.574
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**27.481**	**(6.968)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**10.400.000**	**613.284**	**9.399.292**	**514.870**	**-**	**20.927.446**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.623.041	2.623.041
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	711.451	-	711.451
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.334.492**
Aumento de Capital por Subscrição (Nota 14a)	1.556.580	-	-	-	-	1.556.580
Destinações: - Reservas	-	131.152	1.491.889	-	(1.623.041)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.000.000)	(1.000.000)
- Dividendos	-	-	(1.635.000)	-	-	(1.635.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**11.956.580**	**744.436**	**9.256.181**	**1.226.321**	**-**	**23.183.518**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.999.925	1.999.925
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	106.794	-	106.794
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.106.719**
Destinações: - Reservas	-	99.996	1.209.929	-	(1.309.925)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(690.000)	(690.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**11.956.580**	**844.432**	**10.466.110**	**1.333.115**	**-**	**24.600.237**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	**1.999.925**	**2.623.041**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	106.794	711.451
Resultado Abrangente do Exercício	**2.106.719**	**3.334.492**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

• **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

• **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

• Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;

• Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

• Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

• Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 13.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 20.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 21.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

• a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e

• a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

• *Conceptual Framework* (Estrutura Conceitual) - Ocorreram algumas alterações em definições contidas neste documento, com destaque para a definição de ativos e passivos. A revisão do *Conceptual Framework* entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis da Companhia.

• Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo CPC, via Deliberação CVM nº 859 de 07 de julho de 2020. Conforme este documento, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, decorrente diretamente da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento, caso atenda as seguintes condições:

• A contraprestação alterada para o arrendamento é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração.

• Qualquer redução nos pagamentos afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e

• Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

• Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Deliberação CVM nº 854 de 24 de abril de 2020. Tratam-se de alterações nas normas citadas, em razão das incertezas originadas pelo projeto de reforma da IBOR (*Interbank Offer Rate*) que podem impactar as relações de *hedge accounting*. As alterações visam minimizar tais impactos e são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

• IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. À parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.

• Foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Resolução CVM nº 18 de 11 de fevereiro de 2021. Este documento apresenta alterações nos Pronunciamen-

continua...

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 26 de março de 2021 às 03:07:12

...continuação

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47
Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

tos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entra em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da Fase II.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Depósito bancário	5	5
Fundos de investimentos financeiros (1)	30.050	2.569
Total	**30.055**	**2.574**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R$ 540.948 (2019 - R$ 558.399), com vencimento em dezembro de 2021 e 2022, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo não circulante, no montante de R$ 512.375 (2019 - R$ 499.374), sendo o valor de custo atualizado R$ 514.994 (2019 - R$ 500.482), e uma marcação a mercado de R$ (2.619) (2019 - R$ (1.108)), com vencimento em fevereiro de 2022.

10) VALORES A RECEBER

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R$ 1.618.880 (2019 - R$ 1.402.331) com vencimento em março de 2024.

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

								Em 31 de dezembro		
Empresas	**Capital social**	**Patrimônio líquido ajustado**	**Resultado ajustado**	**Quantidade de ações possuídas (em mil)**		**Participação no capital social (%)**	**Total dos investimentos**		**Ajuste decorrente de avaliação (2)**	
				ON	**PN**		**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	22.000.000	45.538.110	4.082.949	3.758.724		- 47,93	21.826.839	20.397.076	1.956.326	2.601.417
Bradespar (1) (4) (5) (7)	4.100.000	11.254.811	1.467.052	1.675		- 0,48	54.167	46.014	6.863	(2.078)
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	336.100	581.952	14.715	49.488		- 50,00	290.976	290.619	7.357	15.819
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5)	8.914.795	15.245.556	1.012.390	2.522		- 0,08	12.060	11.432	789	744
Bradesco (1) (4) (5)	79.100.000	146.244.752	15.836.862	12.319		- 0,14	203.112	188.245	21.669	28.233
Ágio - Bradespar (6)	-	-	-	-		- -	2.820	2.820	-	-
Ágio - Cidade de Deus (6)	-	-	-	-		- -	3.702	-	-	-
TOTAL							**22.393.676**	**20.936.206**	**1.993.004**	**2.644.135**

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,66%) e na Bradespar (12,98%);
(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco em 09 de março de 2021 e da Bradespar foi divulgada em 25 de março de 2021;
(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;
(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e
(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2024, no montante de R$ 1.110.123 (2019 - R$ 1.080.226).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R$ 778.434 (2019 - R$ 669.419). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
No início do período	**752.425**	**622.407**
Atualizações monetárias	18.403	31.527
Constituições líquidas de reversões e baixas	60.721	98.491
No final do período	**831.549**	**752.425**

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2020, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R$ 194.365, do qual R$ 167.996 refere-se a cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensações de débitos com créditos de IRPJ e CSLL gerados em exercícios anteriores.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Ordinárias - classe "A" (I)	328.139.238	328.139.238
Ordinárias - classe "B" (II)	24.618.495	24.618.495
Preferenciais	373.794.914	373.794.914
Total	**726.552.647**	**726.552.647**

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e
(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.999.925**	**2.623.041**
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	726.553	699.649
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	2,75	3,75

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	1.999.925	
Reserva legal	(99.996)	
Base de cálculo ajustada	**1.899.929**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (2)	**690.000**	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(25.664)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020	**664.336**	**35,0**
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019	**962.806**	**38,6**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) JCP deliberado em 23 de dezembro de 2020, a ser pago em 07 de janeiro de 2021; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Cofins	53.796	81.463
PIS	11.489	17.394
Outros	16	220
Total	**65.301**	**99.077**

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Serviços de terceiros	78	373
Editais e publicações	111	115
Despesas com pessoal	-	3.482
Outros	-	8
Total	**189**	**3.978**

17) RECEITAS DIVERSAS

Refere-se a reversão de Provisão para Contingências Fiscal de PIS de 1999 a 2000, em 2020 no montante de R$ 4.566.

18) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Variação monetária sobre impostos a recuperar	17.177	33.633
Variação monetária de contratos de mútuo	10.652	10.182
Rendimento de aplicações financeiras	29.126	28.083
Total	**56.955**	**71.898**

19) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

							Em 31 de dezembro	
	Controlador (1)		**Influência significativa (2)**		**Controle conjunto e coligadas (3)**		**Total**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos								
Caixa/Disponibilidades	-	-	5	5	-	-	5	5
Valores a receber (Nota 10)	1.618.880	1.402.331	-	-	-	-	1.618.880	1.402.330
Juros sobre capital próprio/ Dividendos a receber	-	-	4.352	1.851	481.537	6.416	485.889	8.267
Passivos								
Juros sobre capital próprio a pagar	664.336	-	-	-	-	-	664.336	-
Outros passivos (Nota 12)	-	-	282.027	274.432	828.096	805.794	1.110.123	1.080.226

							Exercícios findos em 31 de dezembro	
	Controlador (1)		**Influência significativa (2)**		**Controle conjunto e coligadas (3)**		**Total**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas/(Despesas) com juros	40.550	70.990	(7.595)	(15.421)	(22.302)	(45.387)	10.653	10.182
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(690.000)	(1.000.000)	8.692	11.953	653.320	989.588	27.988	1.541

(1) BBD Participações S.A. ("BBD") e Fundação Bradesco ("Fundação");
(2) Bradesco, Bradespar e NCF; e
(3) Cidade de Deus e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**1.989.035**	**2.612.978**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3h)	(676.272)	(888.413)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas, coligadas e investimentos com influências significativas	677.621	899.006
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	(255)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(225.083)	(340.524)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	234.600	340.000
Outros valores	24	249
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**10.890**	**10.063**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(13.951)	(26.805)
Impostos diferidos		
Constituição/Realização, no exercício, sobre adições temporárias	28.179	43.938
Utilização de saldos iniciais de:		
Constituição/Realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa	(3.338)	(7.070)
Total dos ativos fiscais diferidos	**24.841**	**36.868**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**10.890**	**10.063**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

				Em 31 de dezembro
	2019	**Constituição**	**Realização/ Baixa**	**2020**
Provisão para contingência fiscal	251.267	28.455	(228)	279.494
Outras	137	32	(80)	89
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**251.404**	**28.487**	**(308)**	**279.583**
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	13.851	-	(3.338)	10.513
Subtotal	**265.255**	**28.487**	**(3.646)**	**290.096**
Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes	378	513	-	891
Total dos créditos tributários	**265.633**	**29.000**	**(3.646)**	**290.987**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20e)	**46.964**	**6.186**	**-**	**53.150**
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	**218.669**	**22.814**	**(3.646)**	**237.837**

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		**Prejuízo fiscal e base negativa**		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
2021	62	22	1.919	691	2.694
2022	-	-	2.082	749	2.831
2023	-	-	2.096	755	2.851
2024	205.519	73.980	-	-	279.499
2025	-	-	1.667	554	2.221
Total	**205.581**	**74.002**	**7.764**	**2.749**	**290.096**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R$ 273.302 (2019 - R$ 240.989).

e) Obrigações fiscais diferidas

				Em 31 de dezembro
	2019	**Constituição**	**Realização/ Baixa**	**2020**
Atualização de depósitos judiciais	46.964	6.186	-	53.150
Total dos impostos diferidos (Nota 20c)	**46.964**	**6.186**	**-**	**53.150**

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R$ 608.223 (2019 - R$ 724.510), refere-se a imposto de renda e contribuição social do período atual e de exercícios anteriores.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

b) A Nova Cidade de Deus é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em seus investimentos no qual possui influência significativa, investimentos esses que podem ter impactos em razão da pandemia do Covid-19, no entanto, até a data da aprovação das demonstrações contábeis, foram imateriais. As investidas seguem apurando os impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

continua...

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A 19
BRADESPAR SA 8
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES 13
NCF PARTICIPACOES S.A. 2
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. 16
TITANIUM HOLDINGS S.A. 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 131 • Número 58
São Paulo, sexta-feira, 26 de março de 2021

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 26 de março de 2021 às 03:07:12

...continuação

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor Vice-Presidente
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Diretoria
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC-1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 25 de março de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

BBD PARTICIPAÇÕES S/A 19
BRADESPAR SA 8
CIDADE DE DEUS CIA COMERCIAL DE PARTICIPAÇÕES 13
NCF PARTICIPACOES S.A. 2
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPACOES S.A. 16
TITANIUM HOLDINGS S.A. 6

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo

Volume 131 • Número 58 Página 18
São Paulo, sexta-feira, 26 de março de 2021

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

certificadodigital
um serviço com a excelência Imprensa Oficial

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Conheça o nosso novo portal de certificados digitais

Mais facilidade e agilidade na compra de seu certificado

COMPRAR UM CERTIFICADO
RENOVAR MEU CERTIFICADO
TENHO UM VOUCHER
CLIENTES DE GOVERNO
INSTALAR MEU CERTIFICADO
SUPORTE TÉCNICO

Acesse e descubra
certificadodigital.imprensaoficial.com.br

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente

A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

sexta-feira, 26 de março de 2021 às 03:07:12

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, acompanhadas das Notas Explicativas e Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou Lucro Líquido de R$ 1.999.925 mil, Patrimônio Líquido de R$ 24.600.237 mil, Ativos Totais de R$ 27.259.645 mil e deliberou aos acionistas o montante de R$ 690.000 mil a título de Juros sobre o Capital Próprio.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Cidade de Deus, Osasco, 25 de março de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

ATIVO	2020	2019
CIRCULANTE	**1.057.070**	**569.417**
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 7)	30.055	2.574
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 8)	540.948	558.399
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 19a)	485.889	8.267
Valores a Receber (Nota 10)	178	177
NÃO CIRCULANTE	**26.202.575**	**24.497.473**
Realizável a Longo Prazo	**3.808.899**	**3.561.267**
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 9)	512.375	499.374
Valores a Receber (Nota 10)	1.618.880	1.402.331
Depósitos Judiciais (Nota 13b)	778.434	669.419
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 20f)	608.223	724.510
Créditos Tributários (Nota 20c)	290.987	265.633
INVESTIMENTOS	**22.393.676**	**20.936.206**
TOTAL	**27.259.645**	**25.066.890**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2020	2019
CIRCULANTE	**664.586**	**3.757**
Impostos e Contribuições a Recolher	-	3.368
Juros sobre o Capital Próprio a Pagar (Nota 14e)	664.336	-
Outras Obrigações (Nota 12)	250	389
NÃO CIRCULANTE	**1.994.822**	**1.879.615**
Provisão para Impostos e Contribuições (Nota 20e)	53.150	46.964
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 13b)	831.549	752.425
Outras Obrigações (Nota 12)	1.110.123	1.080.226
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**24.600.237**	**23.183.518**
Capital Social (Nota 14a)	11.956.580	11.956.580
Reservas de Lucros (Nota 14d)	11.310.542	10.000.617
Outros Resultados Abrangentes	1.333.115	1.226.321
TOTAL	**27.259.645**	**25.066.890**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2020	2019
RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS	**1.989.035**	**2.612.978**
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 11)	1.993.004	2.644.135
Resultado Financeiro (Nota 18)	56.955	71.898
Receitas Diversas (Nota 17)	4.566	-
Despesas Tributárias (Nota 15)	(65.301)	(99.077)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 16)	(189)	(3.978)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.989.035**	**2.612.978**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20)	**10.890**	**10.063**
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	**1.999.925**	**2.623.041**
Lucro básico por ação em número médio ponderado de ações atribuídas aos acionistas (expresso em R$ por ação) (Nota 14b)		
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas (Nota 14b)	2,75	3,75

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros: Legal	Reservas de Lucros: Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Saldos em 31 de dezembro de 2018	**10.400.000**	**613.284**	**9.399.292**	**514.870**	**-**	**20.927.446**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	2.623.041	2.623.041
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	711.451	-	711.451
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**3.334.492**
Aumento de Capital por Subscrição (Nota 14a)	1.556.580	-	-	-	-	1.556.580
Destinações: - Reservas	-	131.152	1.491.889	-	(1.623.041)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(1.000.000)	(1.000.000)
- Dividendos	-	-	(1.635.000)	-	-	(1.635.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2019	**11.956.580**	**744.436**	**9.256.181**	**1.226.321**	**-**	**23.183.518**
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	1.999.925	1.999.925
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	106.794	-	106.794
Resultados Abrangentes do Exercício	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**2.106.719**
Destinações: - Reservas	-	99.996	1.209.929	-	(1.309.925)	-
- Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	-	(690.000)	(690.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	**11.956.580**	**844.432**	**10.466.110**	**1.333.115**	**-**	**24.600.237**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2020	2019
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**1.989.035**	**2.612.978**
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.993.004)	(2.644.135)
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(56.809)	(43.639)
Provisão para Obrigações Legais	65.284	98.857
Lucro Líquido Ajustado	**4.506**	**24.061**
(Aumento)/Redução Ativos a Valor Justo por Meio de Resultado	31.920	(543.585)
(Aumento) em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	-	(500.482)
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	101.606	(78.201)
(Redução) em Obrigações	(142)	(718)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(21.236)	(33.396)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	**116.654**	**(1.132.321)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Aumento de Capital	-	(3.090)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Recebidos	86.827	3.061.576
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	**86.827**	**3.058.486**
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Contrato de Mútuo	(176.000)	(349)
Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos Pagos	-	(1.932.784)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	**(176.000)**	**(1.933.133)**
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**27.481**	**(6.968)**
Início do Exercício	2.574	9.542
Fim do Exercício	30.055	2.574
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**27.481**	**(6.968)**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais

	Exercícios findos em 31 de dezembro 2020	2019
Lucro Líquido do Exercício	**1.999.925**	**2.623.041**
Ajuste de Avaliação Patrimonial	106.794	711.451
Resultado Abrangente do Exercício	**2.106.719**	**3.334.492**

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia") é uma empresa que tem por objetivo a participação no capital de outras sociedades, especialmente, das que detenham, direta ou indiretamente, parcelas do capital votante do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco").

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 25 de março de 2021.

2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2020. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

As estimativas contábeis utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis relacionadas a ativos e passivos fiscais diferidos, valor recuperável de ativos, provisões e contingências passivas, consideram as melhores evidências disponíveis e estão baseadas em premissas existentes nas datas de encerramento dos exercícios. Os resultados finais, quando de sua realização, podem diferir dos valores estimados. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

3) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R$). As demonstrações contábeis, estão apresentadas em milhares de reais.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro. A composição do caixa e equivalentes de caixa está apresentada na Nota 7.

c) Instrumentos financeiros

(i) Classificação dos ativos financeiros

A Companhia aplica o CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9) que contém uma abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros, onde a entidade baseia-se tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro.

O CPC 48 classifica os ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payments of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

(ii) Metodologia de apuração do valor de mercado

O valor de mercado dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação dos preços cotados para ativos ou passivos similares, preços cotados em mercados não ativos ou outros dados, que são observáveis no mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida patrimoniais e taxas de câmbio para, substancialmente, todo o prazo dos ativos ou passivos.

d) Investimentos

Os investimentos em sociedades controladas, com influência significativa e coligadas, são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é reconhecido como receita (ou despesa) operacional. Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre a Companhia e suas controladas e coligadas são eliminados na medida da participação da Companhia e perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. A composição dos investimentos em controladas, com influência significativa e coligadas estão apresentados na Nota 11.

Ágio (*Goodwill*)

O ágio, originado no processo de aquisição de investidas, é o excesso do custo de aquisição, em razão da participação da Companhia, sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma investida na data da aquisição.

e) Redução ao valor recuperável de ativos (*impairment*)

A Companhia avalia, ao final de cada exercício, se existem evidências objetivas de deterioração de seus ativos. Caso se confirme a existência de impactos nos fluxos de caixa pela deterioração de seus ativos e se for possível estimá-los com confiabilidade, a perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período. Nos exercícios de 2020 e de 2019, não houve perda por *impairment*.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos processos judiciais, bem como a movimentação dos valores registrados por natureza estão apresentados na Nota 13.

g) Patrimônio líquido

(i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado mediante a divisão do lucro líquido, atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade da média ponderada de ações. O cálculo do lucro por ação básico está demonstrado na Nota 14b.

(ii) Juros sobre o capital próprio/dividendos

A distribuição de juros sobre o capital próprio e/ou dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social da Companhia. O cálculo dos juros sobre o capital próprio/dividendos está demonstrado na Nota 14e.

h) Imposto de renda e contribuição social

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e de adições temporárias, são registrados na rubrica "Créditos Tributários", e a provisão para as obrigações fiscais diferidas, é registrada na rubrica "Provisão para Impostos e Contribuições".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período-base. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente, com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é constituída sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários estão apresentados na Nota 20.

i) Apuração do resultado

O resultado é apurado de acordo com o regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre e simultaneamente, quando se correlacionarem, independentemente, de recebimento ou pagamento. O resultado abrangente é apurado partindo do lucro líquido do período e incluindo os ajustes de avaliação patrimonial.

j) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

k) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Os eventos subsequentes, quando existirem, serão descritos na Nota 21.

4) ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS RELEVANTES

A apresentação das demonstrações contábeis, em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração pelos padrões de contabilidade emitidos pelo CPC e IASB, requer que a Administração da Companhia formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada período e nas ações que se planeja realizar, sendo permanentemente revistas com base nas informações disponíveis. Alterações nos fatos e circunstâncias podem conduzir à revisão nas estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão divergir das estimativas.

As estimativas e os pressupostos significativos utilizados pela Administração da Companhia estão assim apresentados:

Classificação e avaliação dos ativos financeiros

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. O tratamento contábil dos títulos que possuímos depende da respectiva classificação.

Estimamos o valor justo utilizando preços cotados de mercado, quando disponíveis. Observamos que o valor pode ser afetado pelo volume de ações negociadas e pode, também, não refletir os "prêmios de controle" resultantes dos acordos de acionistas. Entretanto, a Administração acredita que os preços cotados de mercado são os melhores indicadores do valor justo. Na determinação do valor justo, quando os preços cotados de mercado não estão disponíveis, há o julgamento da Administração, já que os modelos são dependentes de nosso julgamento com relação a que peso atribuir aos diferentes fatores e à qualidade das informações que recebemos. O julgamento deve determinar, inclusive, se um decréscimo no valor justo abaixo do custo atualizado de um título mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes não é temporário, de maneira a exigir que seja possível reconhecer uma desvalorização do custo atualizado e que se possa refletir a redução como despesa. Para avaliar se uma desvalorização não é temporária, a Administração decide qual período histórico deve ser considerado e quão severa uma perda pode ser reconhecida. Esses métodos de avaliação podem levar a Companhia a resultados diferentes, caso as suposições e estimativas utilizadas não se confirmarem posteriormente.

Provisões e passivos contingentes

As provisões contábeis são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação.

Monitoramos continuamente os processos judiciais em curso para avaliar, entre outras coisas: (i) sua natureza e complexidade; (ii) o desenvolvimento dos processos; (iii) a opinião dos nossos consultores jurídicos; e (iv) a nossa experiência com processos similares. Ao determinar se uma perda é provável e ao estimar seu valor, nós também consideramos:

- a probabilidade de perda decorrente de processos que ocorreram antes ou na data das demonstrações contábeis, mas que foram identificadas por nós após a data destas demonstrações, porém antes de sua divulgação; e
- a necessidade de divulgar os processos ou eventos que ocorrerem após a data das demonstrações contábeis, porém antes de sua divulgação.

5) PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS

a) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2020:

- *Conceptual Framework* (Estrutura Conceitual) - Ocorreram algumas alterações em definições contidas neste documento, com destaque para a definição de ativos e passivos. A revisão do *Conceptual Framework* entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2020 e não foram identificados impactos relevantes para as Demonstrações Contábeis da Companhia.
- Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 16, referente ao Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2), emitido pelo CPC, via Deliberação CVM nº 859 de 07 de julho de 2020. Conforme este documento, o arrendatário pode optar por não avaliar se um Benefício Concedido para Arrendatário em Contrato de Arrendamento, decorrente diretamente da pandemia da Covid-19, é uma modificação do contrato de arrendamento, caso atenda as seguintes condições:
- A contraprestação alterada para o arrendamento é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração.
- Qualquer redução nos pagamentos afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e
- Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento.

A Companhia não identificou contratos de arrendamento em suas operações.

- Foi aprovado o documento de revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 15, referente aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Deliberação CVM nº 854 de 24 de abril de 2020. Tratam-se de alterações nas normas citadas, em razão das incertezas originadas pelo projeto de reforma da IBOR (*Interbank Offer Rate*) que podem impactar as relações de *hedge accounting*. As alterações visam minimizar tais impactos e são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2020. Não foram identificados impactos na Companhia.

b) Normas, alterações e interpretações de normas aplicáveis a períodos futuros:

- IFRS 17 - Contratos de Seguros. Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representam fielmente esses contratos. O modelo geral do IFRS 17 requer que as seguradoras e resseguradoras mensurem seus contratos de seguro, no momento inicial, pelo valor total estimado de fluxo de caixa, ajustado pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco explícito relacionado com o risco não financeiro, além da margem contratual do serviço. Esse valor estimado é então remensurado a cada data-base. O lucro não realizado (correspondente à margem contratual do serviço) é reconhecido ao longo do prazo da cobertura contratada. À parte desse modelo geral, o IFRS 17 prevê, como forma de simplificar o processo, a abordagem de alocação do prêmio. Esse modelo simplificado é aplicável para certos contratos de seguro, incluindo aqueles com cobertura de até um ano. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. A IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023. A Companhia está em processo de avaliação da nova norma ainda na fase de diagnóstico.
- Foi aprovado o documento de Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 17 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, via Resolução CVM nº 18 de 11 de fevereiro de 2021. Este documento apresenta alterações nos Pronunciamentos Técnicos: CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 e trata da reforma nas taxas de juros utilizadas como referências de mercado (IBOR) - Fase II. As principais alterações são: (i) permissão de substituir a taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros por uma taxa compatível, sem desreconhecer a operação, desde que seja consequência da reforma; (ii) Reconhecimento em resultado da parcela inefetiva de *hedge accounting*, em razão do fim das isenções previstas na Fase I do projeto. A norma entra em vigor a partir do exercício iniciado em 1º de janeiro de 2021. A Companhia está avaliando os impactos decorrentes da Fase II.

6) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia não apresenta riscos significativos em suas operações próprias, exceto os riscos relacionados aos investimentos diretos/indiretos, do Banco Bradesco S.A. ("Bradesco") e da Bradespar S.A. ("Bradespar"), os quais têm seu gerenciamento de risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez realizado pela Organização Bradesco ("Organização"), de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

7) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro 2020	2019
Depósito bancário	5	5
Fundos de investimentos financeiros (1)	30.050	2.569
Total	**30.055**	**2.574**

(1) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros, destinados a integrantes da Organização ou Sociedades a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Bradesco.

8) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE RESULTADO

Referem-se a aplicações em Certificado de Depósito Bancário - CDB, emitidos pelo Bradesco, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R$ 540.948 (2019 - R$ 558.399), com vencimento em dezembro de 2021 e 2022, sendo seu valor de mercado igual ao contábil.

9) ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

Referem-se a aplicações em Letras Financeiras, emitidas pelo Bradesco acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI. No ativo não circulante, no montante de R$ 512.375 (2019 - R$ 499.374), sendo o valor de custo atualizado R$ 514.994 (2019 - R$ 500.482), e uma marcação a mercado de R$ (2.619) (2019 - R$ (1.108)), com vencimento em fevereiro de 2022.

10) VALORES A RECEBER

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos da variação do Depósito Interbancário - DI, no montante de R$ 1.618.880 (2019 - R$ 1.402.331) com vencimento em março de 2024.

11) INVESTIMENTOS

Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial são demonstrados a seguir:

Em 31 de dezembro

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	Quantidade de ações possuídas (em mil) ON	PN	Participação no capital social (%)	Total dos investimentos 2020	2019	Ajuste decorrente de avaliação (2) 2020	2019
Cidade de Deus Companhia Comercial de Participações ("Cidade de Deus") (1) (3)	22.000.000	45.538.110	4.082.949	3.758.724	-	47,93	21.826.839	20.397.076	1.956.326	2.601.417
Bradespar (1) (4) (5) (7)	4.100.000	11.254.811	1.467.052	1.675	-	0,48	54.167	46.014	6.863	(2.078)
Titanium Holdings S.A. ("Titanium") (1)	336.100	581.952	14.715	49.488	-	50,00	290.976	290.619	7.357	15.819
NCF Participações S.A. ("NCF") (1) (5)	8.914.795	15.245.556	1.012.390	2.522	-	0,08	12.060	11.432	789	744
Bradesco (1) (4) (5)	79.100.000	146.244.752	15.836.862	12.319	-	0,14	203.112	188.245	21.669	28.233
Ágio - Bradespar (6)	-	-	-	-	-	-	2.820	2.820	-	-
Ágio - Cidade de Deus (6)	-	-	-	-	-	-	3.702	-	-	-
TOTAL							**22.393.676**	**20.936.206**	**1.993.004**	**2.644.135**

(1) Dados relativos às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2020;
(2) Considera os resultados apurados pelas investidas, incluindo variações patrimoniais das investidas não decorrentes de resultado;
(3) Os principais ativos da Cidade de Deus referem-se, basicamente, à sua participação acionária no Bradesco (22,66%) e na Bradespar (12,98%);
(4) As demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e das práticas contábeis adotadas no Brasil (CPC), base para o cálculo de equivalência patrimonial, do Bradesco em 09 de março de 2021 e da Bradespar foi divulgada em 25 de março de 2021;
(5) A Administração possui avaliação que demonstra que a Companhia possui influência significativa nas investidas, por meio de representação no Conselho de Administração e na Diretoria da investida;
(6) O ágio está fundamentado na mais-valia das ações; e
(7) Empresa *holding* com o seu resultado oriundo, basicamente, da equivalência patrimonial de investimento com influência significativa (Vale S.A.), portanto, está sujeita, principalmente, ao impacto das variáveis advindas do seu investimento com influência significativa sobre os resultados do negócio (risco de mercado), os riscos provenientes de obrigações assumidas por terceiros para com a Companhia (risco de crédito), aqueles inerentes a processos internos (risco operacional), aqueles oriundos de fatores econômicos (risco de liquidez) e aqueles advindos da exploração de recursos naturais (risco ambiental).

continua...

...continuação

Nova Cidade de Deus Participações S.A.

CNPJ 04.866.462/0001-47

Sede: Cidade de Deus, Osasco - SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

12) OUTRAS OBRIGAÇÕES

Refere-se, basicamente, a contratos de mútuo, acrescidos de 100% da variação do Depósito Interbancário - DI, e vencimento em março de 2024, no montante de R$ 1.110.123 (2019 - R$ 1.080.226).

13) PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES FISCAIS

a) Ativos contingentes

Não foram reconhecidos contabilmente ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações fiscais

A Companhia é parte em processos judiciais, de natureza fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

Os principais processos referem-se a: (i) não inclusão, na base de cálculo do PIS e da Cofins, dos Juros sobre o Capital Próprio recebidos da investida; e (ii) a não tributação das receitas financeiras. O valor dos tributos relacionados as obrigações legais são apurados mensalmente, depositados em conta judicial e registrado na rubrica "Depósitos Judiciais", no montante de R$ 778.434 (2019 - R$ 669.419). A Administração da Companhia entende que a provisão constituída é suficiente para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

A Companhia não possuía contingências cíveis e trabalhistas, classificadas como prováveis e possíveis, que devessem ser provisionadas ou divulgadas, respectivamente, em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

Movimentação das provisões

	Em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
No início do período	**752.425**	**622.407**
Atualizações monetárias	18.403	31.527
Constituições líquidas de reversões e baixas	60.721	98.491
No final do período	**831.549**	**752.425**

As provisões referentes às ações judiciais da Companhia são consideradas de longo prazo, devido a imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judicial brasileiro, razão pela qual não divulgamos a estimativa quanto ao cronograma de saída de benefícios econômicos.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que figura como "autora" ou "ré" e amparada na opinião dos assessores jurídicos classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente, são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivado, se necessário, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente. Em 31 de dezembro de 2020, as contingências passivas com chance de perda possível totalizaram R$ 194.365, do qual R$ 167.996 refere-se a cobranças atreladas ao não reconhecimento, pelo Fisco, de compensações de débitos com créditos de IRPJ e CSLL gerados em exercícios anteriores.

14) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Ordinárias - classe "A" (I)	328.139.238	328.139.238
Ordinárias - classe "B" (II)	24.618.495	24.618.495
Preferenciais	373.794.914	373.794.914
Total	**726.552.647**	**726.552.647**

(I) As ações ordinárias, classe "A", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedade considerada como "controlada"; e

(II) As ações ordinárias, classe "B", terão como titulares pessoas físicas, que sejam diretores ou que tenham passado de diretores a membros do Conselho de Administração do Bradesco ou pessoas jurídicas, na forma de sociedades comerciais ou civis, cujas ações ou cotas, com direito a voto, pertençam na sua maioria, metade mais uma, a pessoas que satisfaçam os requisitos do item I.

b) Lucro por ação básico

O cálculo do lucro por ação básico, tendo como base a quantidade média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação, não havendo fatores de diluição do lucro, cujos cálculos estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	**1.999.925**	**2.623.041**
Número médio ponderado de ações em circulação (milhares)	726.553	699.649
Lucro por ação básico atribuível aos acionistas controladores (em Reais)	2,75	3,75

c) Lucro por ação diluído

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos potenciais diluíveis.

d) Reservas de lucros

(i) A reserva legal é constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social integralizado. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital social;

(ii) A reserva estatutária visa à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, podendo ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do capital social integralizado; e

(iii) Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassarem o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (Artigo 199).

e) Juros sobre o capital próprio e dividendos

Conforme disposição estatutária, aos acionistas estão assegurados juros sobre o capital próprio e/ou dividendos, que somados correspondam, no mínimo, a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei Societária.

O cálculo dos juros sobre o capital próprio, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, está demonstrado a seguir:

	R$ mil	**% (1)**
Lucro líquido do exercício	1.999.925	
Reserva legal	(99.996)	
Base de cálculo ajustada	**1.899.929**	
Juros sobre o capital próprio (bruto) pagos (2)	**690.000**	
Imposto de renda retido na fonte sobre juros sobre capital próprio - 15% (3)	(25.664)	
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2020	**664.336**	**35,0**
Total geral de juros sobre o capital próprio (líquido) em 2019	**962.806**	**38,6**

(1) Percentual dos juros sobre o capital próprio sobre a base de cálculo;
(2) JCP deliberado em 23 de dezembro de 2020, a ser pago em 07 de janeiro de 2021; e
(3) Não contempla o Imposto de Renda Retido na Fonte ("IRRF"), referente aos juros sobre o capital próprio dos acionistas isentos.

15) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Cofins	53.796	81.463
PIS	11.489	17.394
Outros	16	220
Total	**65.301**	**99.077**

16) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Serviços de terceiros	78	373
Editais e publicações	111	115
Despesas com pessoal	-	3.482
Outros	-	8
Total	**189**	**3.978**

17) RECEITAS DIVERSAS

Refere-se a reversão de Provisão para Contingências Fiscal de PIS de 1999 a 2000, em 2020 no montante de R$ 4.566.

18) RESULTADO FINANCEIRO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Variação monetária sobre impostos a recuperar	17.177	33.633
Variação monetária de contratos de mútuo	10.652	10.182
Rendimento de aplicações financeiras	29.126	28.083
Total	**56.955**	**71.898**

19) PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		**Influência significativa (2)**		**Controle conjunto e coligadas (3)**		**Total**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativos								
Caixa/Disponibilidades	-	-	5	5	-	-	5	5
Valores a receber (Nota 10)	1.618.880	1.402.331	-	-	-	-	1.618.880	1.402.330
Juros sobre capital próprio/ Dividendos a receber	-	-	4.352	1.851	481.537	6.416	485.889	8.267
Passivos								
Juros sobre capital próprio a pagar	664.336	-	-	-	-	-	664.336	-
Outros passivos (Nota 12)	-	-	282.027	274.432	828.096	805.794	1.110.123	1.080.226

	Exercícios findos em 31 de dezembro							
	Controlador (1)		**Influência significativa (2)**		**Controle conjunto e coligadas (3)**		**Total**	
	2020	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Receitas/(Despesas) com juros	40.550	70.990	(7.595)	(15.421)	(22.302)	(45.387)	10.653	10.182
Receitas/(Despesas) de juros sobre capital próprio	(690.000)	(1.000.000)	8.692	11.953	653.320	989.588	27.988	1.541

(1) BBD Participações S.A. ("BBD") e Fundação Bradesco ("Fundação");
(2) Bradesco, Bradespar e NCF; e
(3) Cidade de Deus e Titanium.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Os administradores não recebem qualquer remuneração pelos cargos que ocupam nos órgãos da Companhia.

20) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	**1.989.035**	**2.612.978**
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes (Nota 3h)	(676.272)	(888.413)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participação em controladas, coligadas e investimentos com influências significativas	677.621	899.006
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	-	(255)
Juros sobre o capital próprio (recebidos e a receber)	(225.083)	(340.524)
Juros sobre o capital próprio (pagos e a pagar)	234.600	340.000
Outros valores	24	249
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**10.890**	**10.063**

b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2020	**2019**
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(13.951)	(26.805)
Impostos diferidos		
Constituição/Realização, no exercício, sobre adições temporárias	28.179	43.938
Utilização de saldos iniciais de:		
Constituição/Realização, no exercício, de prejuízo fiscal e base negativa	(3.338)	(7.070)
Total dos ativos fiscais diferidos	**24.841**	**36.868**
Imposto de renda e contribuição social do exercício	**10.890**	**10.063**

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2019	**Constituição**	**Realização/ Baixa**	**2020**
Provisão para contingência fiscal	251.267	28.455	(228)	279.494
Outras	137	32	(80)	89
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	**251.404**	**28.487**	**(308)**	**279.583**
Prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social	13.851	-	(3.338)	10.513
Subtotal	**265.255**	**28.487**	**(3.646)**	**290.096**
Ajuste a valor de mercado de outros resultados abrangentes	378	513	-	891
Total dos créditos tributários	**265.633**	**29.000**	**(3.646)**	**290.987**
Obrigações fiscais diferidas (Nota 20e)	**46.964**	**6.186**	**-**	**53.150**
Total dos créditos tributários, líquido das obrigações fiscais diferidas	**218.669**	**22.814**	**(3.646)**	**237.837**

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social

	Diferenças temporárias		**Prejuízo fiscal e base negativa**		
	Imposto de renda	**Contribuição social**	**Imposto de renda**	**Contribuição social**	**Total**
2021	62	22	1.919	691	2.694
2022	-	-	2.082	749	2.831
2023	-	-	2.096	755	2.851
2024	205.519	73.980	-	-	279.499
2025	-	-	1.667	554	2.221
Total	**205.581**	**74.002**	**7.764**	**2.749**	**290.096**

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta R$ 273.302 (2019 - R$ 240.989).

e) Obrigações fiscais diferidas

	Em 31 de dezembro			
	2019	**Constituição**	**Realização/ Baixa**	**2020**
Atualização de depósitos judiciais	46.964	6.186	-	53.150
Total dos impostos diferidos (Nota 20c)	**46.964**	**6.186**	**-**	**53.150**

f) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar, no montante de R$ 608.223 (2019 - R$ 724.510), refere-se a imposto de renda e contribuição social do período atual e de exercícios anteriores.

21) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019.

b) A Nova Cidade de Deus é uma *Holding* e suas operações são afetadas, principalmente, pelo impacto em seus investimentos no qual possui influência significativa, investimentos esses que podem ter impactos em razão da pandemia do Covid-19, no entanto, até a data da aprovação das demonstrações contábeis, foram imateriais. As investidas seguem apurando os impactos econômico-financeiros futuros relacionados à pandemia, muito embora, possuam certo grau de incerteza e dependem do desenvolvimento da pandemia. A Companhia seguirá observando atentamente os desdobramentos futuros dessa situação.

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Luiz Carlos Trabuco Cappi

Diretor Vice-Presidente
Carlos Alberto Rodrigues Guilherme

Diretoria
Milton Matsumoto
Alexandre da Silva Glüher
Maurício Machado de Minas
Octavio de Lazari Junior
Marcelo de Araújo Noronha
André Rodrigues Cano
Cassiano Ricardo Scarpelli
Eurico Ramos Fabri

Marcelo da Silva Rego
Contador - CRC-1SP301478/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e aos Administradores da

Nova Cidade de Deus Participações S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Nova Cidade de Deus Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Cidade de Deus Participações S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria.

Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Companhia.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Osasco, 25 de março de 2021

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takauthi
Contador CRC 1SP206103/O-4

11,1 MILHÕES DE EMPRESÁRIOS, DIRETORES OU C-LEVELS CONECTADOS COM A SUA EMPRESA

Reforce sua transparência e credibilidade divulgando as demonstrações financeiras do ano nos veículos mais confiáveis e de maior cobertura no segmento econômico.

Valor ECONÔMICO + O GLOBO + Valor ECONÔMICO RI

MUITO MAIS VISIBILIDADE PARA A SUA EMPRESA

Fontes: 1) Kantar Ibope Media BR TG 2019 II (2018 2s + 2019 1s) v1.0 - Pessoas - 2) Pesquisa interna: Abr/19.

ANUNCIE: 11 3767.7043 • 21 3521.5500 • 61 3717.3333 • www.valor.com.br/valor-ri